

Economia Brasil
POLÍTICA ECONÔMICA

País não é invulnerável a crises externas, diz Appy

Para o secretário, as turbulências não irão comprometer o crescimento previsto para este ano

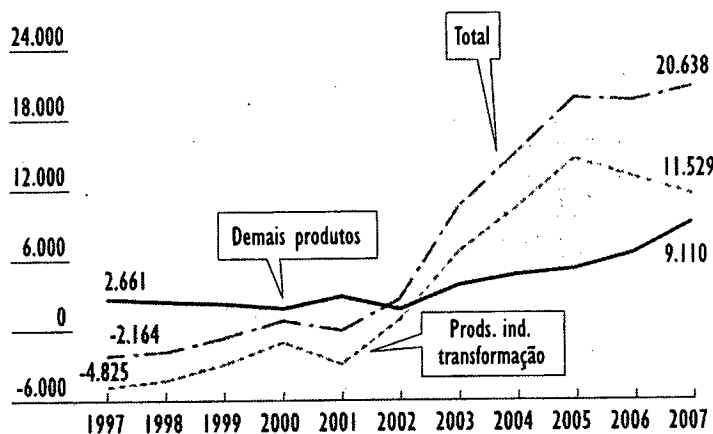
FERNANDO RIBEIRO
 SÃO PAULO

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, reiterou ontem, em São Paulo, que ainda é cedo para saber qual será o impacto das turbulências do mercado imobiliário norte-americano na economia nacional. Segundo Appy, o País não é invulnerável a crises externas. “Quero destacar o ponto que o ministro Mantega tem destacado: o Brasil não é invulnerável. Não é um país que de forma nenhuma é afetado por mudanças no cenário internacional”, admitiu o secretário após participar da apresentação, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), de um estudo sobre a indústria brasileira e a taxa de câmbio, elaborado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

Appy fez questão de ressaltar

RETRAÇÃO

O saldo comercial da indústria de transformação nos primeiros semestres Brasil - Balança Comercial (em US\$ milhões FOB)



que a economia brasileira está hoje mais sólida e resistente a eventuais crises do mercado externo. Para ele, o impacto das turbulências também não irá comprometer a trajetória de crescimento prevista para este ano. “Acho que o recado é: não somos invulneráveis, mas estamos muito mais preparados para absorver turbulências, sejam de natureza financeira ou resultantes de uma eventual desaceleração da economia mundial, como tivemos no passado”, acrescentou.

O estudo do Iedi revelou que a taxa de câmbio está 16,3% desalinhada. De acordo com o economista chefe do Iedi, Edgard Pereira, o dólar deveria estar cotado em R\$ 2,34 e não em R\$ 1,96. O estudo considera os fundamentos macroeconômicos do Brasil e de outros 25 países. Pereira apontou que a principal consequência do real forte será a perda de importância da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) e a redução do nível de emprego no setor no médio e longo prazo.

“A continuidade da valorização cambial no nosso entendimento tem levado as empresas industriais a promover mudanças estruturais na sua forma de operação, ampliando o componente importado da produção brasileira. Portanto, essas empresas estão importando mais e agregado menos valor à produção industrial. Esse processo de ajustamento leva a uma perda gradativa de importância da indústria”, explicou Pereira. O estudo mostra que a participação da indústria no PIB, durante os anos 80, foi de 44%, enquanto ao longo desta década o índice é de apenas 22%.

Ainda segundo o estudo, o saldo comercial da indústria de transformação no primeiro semestre registrou retração de 11% (US\$ 11,5 bilhões) em relação a igual período de 2006. Os setores de média-alta intensidade tecnológica voltaram a apresentar déficit. O montante passou de US\$ 5,42 bilhões de janeiro a junho de 2006 para US\$ 6,85 bilhões nos primeiros seis meses de 2007.

Do aumento das exportações no primeiro semestre de 2007, 80% vieram das commodities. Pereira criticou a dependência da balança comercial em relação às commodities. “É uma estratégia

errada. As commodities crescem menos e possuem comportamento mais volátil, enquanto os bens de alta tecnologia são os que mais crescem no mercado internacional e possuem preços mais estáveis”, completou.

Ao comentar os efeitos da valorização do real para o setor industrial, Appy descartou a preocupação manifestada por alguns empresários de que o País vive um caso de doença holandesa. “Não haveria hoje uma situação clássica de doença holandesa porque estamos vendo o crescimento da produção industrial.”

O secretário enfatizou que propostas específicas para ajudar setores afetados pelo valorização cambial podem trazer efeitos negativos no longo prazo para as condições de financiamento ao investimento por parte das empresas nacionais. Appy defendeu ainda a reforma tributária como um meio de “eliminar as distorções que prejudicam o crescimento da economia”. Segundo ele, o governo federal também continuará sua política de criar condições para redução dos juros.